

BRASÍLIA-DF – 08/03/2018

Após impasses, MP que muda reforma trabalhista é instalada no Senado



Após quatro meses parada no Congresso Nacional, a Medida Provisória 808/17, que insere mudanças na nova legislação trabalhista, foi instalada esta semana. Um acordo entre as legendas, colocou a presidência do colegiado com o senador Gladson Camelo (PP-AC) e a vice-presidência com o deputado Pedro Fernandes (PTB-MA).

por Christiane Peres

No entanto, a relatoria permanece uma incógnita, visto que a ausência do presidente do colegiado adiou a designação para a próxima semana. Para não perder a validade, a MP precisa ser votada até **23 de abril**.

Pelo rodízio que é feito nas comissões mistas, a relatoria, desta vez, ficará a cargo da Câmara dos Deputados. Logo que chegou ao Congresso, havia uma expectativa de colocar o cargo nas mãos do tucano Rogério Marinho (RN), responsável pela Reforma Trabalhista de Temer, sancionada em 2017 e que alterou diversos pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). No entanto, o nome não era consenso e recebeu muitas críticas, inclusive do presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), o que fez com que a instalação da comissão fosse adiada. A resistência se dá devido ao fato de que Marinho não deve aceitar mudanças significativas no texto da **Lei 13.467/17**. Além disso, a MP chegou ao Parlamento como resposta do governo a um acordo construído para votação do texto no Senado. “Seria extremamente deselegante com o Senado que o compromisso feito pelo líder do governo, em nome do governo, não se concretizasse”, manifestou-se Eunício, logo após a edição da MP, ainda em 2017.

A MP 808 foi a proposta que recebeu o maior número de emendas no Parlamento até o momento: 947, mas caso fosse Marinho o relator, pouco ou nada seria alterado. Até a próxima semana, no entanto, as articulações permanecem em torno do cargo.

Apesar do cenário adverso, a expectativa da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) é “derrotar os absurdos trazidos pela Reforma Trabalhista”. “As mudanças que estamos propondo na MP 808 são para recompor direitos e garantias que foram fragilizados por este governo. Temos certeza de que a retirada de direitos, além de prejudicar a vida de milhões de brasileiras e brasileiros, piora

ainda mais o grave quadro de desemprego que o Brasil atravessa”, afirmou a senadora.

(Portal Vermelho com adaptações da Imprensa NCST)

Senado: CCJ rejeita projeto que regulamenta bingos e cassinos no país



A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado federal rejeitou, nesta quarta-feira (07/02), o Projeto de Lei do Senado (PL 186/2014) do senador Ciro Nogueira (PP-PI), que legaliza e regulamenta atividade de bingos e cassinos. Foi rejeitado o relatório favorável, do senador Benedito de Lira (PP-AL), aprovando-se em seu lugar o voto em separado do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), contrário à matéria.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade - **Contratuh**, em nome de seu presidente, **Moacyr Roberto Tesch**, lamenta a equivocada decisão com potencial de afetar a vida de milhões de trabalhadores, sobretudo, em período de expansão do desemprego e da informalidade no mercado de trabalho do país.

(Imprensa NCST com informações da Agência Senado)

Artigo: Igualdade de gênero aumenta crescimento econômico



Desde 1975, por iniciativa da ONU, celebra-se 8 de março como o Dia Internacional das Mulheres. Todos os dias, porém, dever-se-ia atentar para as implicações do que representa. Inclusive por motivos econômicos.

por Otaviano Canuto

Você sabe por que o Bolsa Família vai para as mulheres? Pesquisas realizadas na década de 1990 no Brasil –e depois confirmadas em outros países– mostraram bebês com mais altura e peso quando as

mulheres tinham mais poder de barganha sobre a renda familiar. Além da relevância disso por si mesmo, há que se levar em conta as óbvias consequências em termos de saúde e capacidade de trabalho da população adulta e, portanto, de crescimento econômico.

Um maior controle sobre os recursos domésticos pelas mulheres em famílias pobres pode fortalecer uma economia onde a pobreza predomine, já que os padrões de gastos tenderão a ser moldados de forma a beneficiar as crianças. Há também forte evidência de como melhores educação e saúde das mulheres estão associadas a melhores resultados para seus filhos. Você pode se surpreender com a gama de mecanismos através dos quais diminuir a desigualdade entre gêneros pode impulsionar o crescimento econômico. Pense nos investimentos em infraestrutura. A maioria das análises se concentra em várias maneiras pelas quais mais e melhor infraestrutura ajudam a aumentar o crescimento, reduzindo o desperdício de tempo e recursos na produção e no transporte.

Por outro lado, há que se levar em conta seu impacto diferenciado sobre as mulheres em muitas regiões pobres. Maior e melhor acesso a estradas rurais, água, redes elétricas e outros pode reduzir especialmente o tempo das mães atribuído a tarefas domésticas e aumentar seu tempo disponível para outras formas de trabalho, a acumulação de capital humano ou a dedicação a suas crianças. No essencial, o aumento do tempo dedicado à acumulação de capital humano aumenta o poder de barganha das mulheres, o que se traduz em uma maior preferência familiar pela educação das meninas e pela saúde infantil, um aumento na parcela média da renda familiar gasta em crianças e uma menor preferência pelo consumo.

A menor desigualdade de gênero em termos de poder doméstico de barganha, portanto, traz efeitos de crescimento a longo prazo associados à transmissão intergeracional de saúde e educação. Mas há também o efeito de aumentos na produtividade quando se reduzem as desigualdades de oportunidades entre gêneros. Este é o caso quando as habilidades e talentos das mulheres podem ser aplicados sem restrições específicas a gênero.

Alguns anos atrás, o Banco Mundial chamou atenção para estimativas apontando que a produtividade do trabalho poderia aumentar em até 25% em alguns países em desenvolvimento caso barreiras que discriminam contra mulheres trabalharem em certos setores ou ocupações fossem eliminadas. Por exemplo, o rendimento na produção de milho aumentaria quase um sexto em Malawi e Gana, caso as mulheres agricultoras tivessem o mesmo acesso a fertilizantes e outros insumos que os homens.

Uma 3ª dimensão da igualdade entre gêneros com consequências econômicas pode ser encontrada no empoderamento das mulheres como atores econômicos, políticos e sociais. Um exemplo abordado no mesmo relatório do Banco Mundial vem da Índia, onde o poder das mulheres em nível local levou a aumentos na provisão de bens públicos, como água e saneamento, priorizados pelas mulheres.

Algumas dimensões da desigualdade entre gêneros nas economias em desenvolvimento –como nas matrículas escolares e na participação da força de trabalho– vêm diminuindo ao longo das últimas décadas. Direitos formais e as garantias constitucionais para as mulheres avançaram em alguns países. No entanto, o escopo de oportunidades para impulsionar o crescimento econômico através

de políticas orientadas para diminuir a desigualdade permanece amplo.

O caso do Brasil

No Brasil, ocorreu progresso na diminuição da desigualdade entre gêneros em termos educacionais, com quedas nas taxas de analfabetismo entre as mulheres e, inclusive, parcelas da força de trabalho feminina com ensino superior superando a dos homens. Políticas governamentais – algumas implementadas em cooperação com o setor privado – atendendo necessidades maternas, com fornecimento de cuidados de saúde antes e durante a gravidez e o parto, bem como cuidados infantis e com educação, também melhoraram em relação ao que havia antes.

No entanto, muito ainda resta por fazer. Por exemplo, as disparidades entre gêneros no acesso ao emprego formal e à renda de mercado persistem no Brasil. Apesar de ter havido um aumento na participação das mulheres empregadas no setor não agrícola, sua vantagem comparativa na educação não se reflete nos salários relativos do mercado –apesar do nível de habilidade médio mais alto da força de trabalho feminina.

Pierre-Richard Agénor, professor da Universidade de Manchester, e eu mostramos os impactos potenciais da redução da desigualdade entre gêneros na elevação do crescimento econômico brasileiro, desenvolvendo um modelo macroeconômico com o qual se pode simular resultados de políticas específicas. Suponhamos, por exemplo, que o governo implemente com sucesso leis anti-discriminatórias que levem a uma eliminação total do viés de gênero contra as mulheres no local de trabalho. Usando os dados do Brasil, nossos cálculos sugeriram que uma política de “trabalho igual, pagamento igual” poderia adicionar 0,2 pontos percentuais à taxa de crescimento anual do PIB (Produto Interno Bruto) do país.

Também usamos nosso modelo para simular os efeitos de um aumento dentro do orçamento público da parcela dos gastos com investimentos em infraestrutura. Nossos cálculos sugerem que um aumento em tais investimentos equivalente a 1 ponto percentual do PIB poderia adicionar algo entre 0,5 e 0,9 pontos percentuais à taxa anual de crescimento do PIB, uma vez contabilizados os efeitos diretos e indiretos – incluindo mudanças na alocação de tempo das mulheres e em seu poder de barganha sobre os recursos familiares.

A desigualdade entre gêneros é um forte obstáculo à prosperidade. Deve receber atenção muito além do Dia Internacional da Mulher da vez.

* Otaviano Canuto é diretor-executivo do Banco Mundial. Foi vice-presidente do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento e diretor-executivo do FMI. Trabalhou no Ministério da Fazenda e foi professor na USP e na Unicamp. As opiniões expressas neste texto são do autor, não necessariamente do Banco Mundial.

Mulheres têm rendimentos menores, jornada extra e menos participação política



Segundo o IBGE, apesar de mais escolaridade, elas recebem em média três quartos dos ganhos dos homens. Deputadas protestam na Câmara em 2016: apesar da existência de cotas, elas representam apenas 10,5% do Parlamento.

As mulheres têm mais escolaridade que os homens, mas recebem, em média, cerca de três quartos do rendimento deles. Ocupam apenas 38% dos cargos gerenciais (públicos ou privados) e dedicavam, em 2016, 73% mais horas nos cuidados de pessoas e afazeres domésticos. Os dados são do IBGE.

A desigualdade se revela entre as próprias mulheres, no recorte por cor ou raça, conforme a classificação do instituto. "A dimensão educacional também revela a grande desigualdade existentes entre as mulheres, segundo a sua cor ou raça: 23,5% das mulheres brancas têm ensino superior completo, um percentual 2,3 vezes maior que o de mulheres pretas ou pardas (10,4%) que concluíram esse nível de ensino." Ainda no recorte por escolaridade, 21,5% das mulheres completaram o ensino superior, entre as pessoas na faixa de 25 a 44 anos. Entre os homens, 15,6%.

O IBGE lembra também que, apesar da exigência de uma cota mínima de 30% de candidaturas de cada sexo (Lei 12.034, de 2017), as mulheres representam apenas 10,5% dos deputados federais em exercício. "Esta proporção é a mais baixa da América do Sul, enquanto a média mundial de deputadas é 23,6%."

Em 2016, as mulheres dedicavam 18,1 horas semanais a cuidados de pessoas ou tarefas domésticas. Os homens, 10,5 horas. Essa diferença, em média de 73%, cresce para 80% a mais no Nordeste (19 horas semanais). A jornada aumenta no caso de pretas ou pardas (18,6 horas). "Mulheres que necessitam conciliar trabalho remunerado com os afazeres domésticos e cuidados, em muitos casos, aceitam ocupações com carga horária reduzida", diz o instituto. "A proporção de ocupados trabalhando por tempo parcial (até 30 horas semanais) mostra um percentual mais elevado de mulheres (28,2%), quando comparado com os homens (14,1%). Nas regiões Norte e Nordeste, a proporção de mulheres passa de 36%."

Também em 2016, o rendimento médio das mulheres era de R\$ 1.764, enquanto os homens ganhavam R\$ 2.306. "Considerando-se a rendimento médio por hora trabalhada, ainda assim, as mulheres recebem menos do que os homens (86,7%), o que pode estar relacionado com à segregação ocupacional a que as mulheres podem estar submetidas no mercado de trabalho." Já a proporção de mulheres que tem celular chegava a 78,2%, um pouco acima dos

homens (75,9%). Apenas na região Sul a proporção de homens com o aparelho é maior: 82,1% a 81,9%.

Em São Paulo

No ano passado, as mulheres ocupadas na região metropolitana de São Paulo tinham jornada média semanal de 38 horas, ante 43 horas dos homens, segundo pesquisa da Fundação Seade (ligada ao governo paulista) e do Dieese. O rendimento médio/hora era de R\$ 10,79 para elas e de R\$ 12,42 para eles, uma proporção de 87%.

"A presença das mulheres no mercado de trabalho intensificou ao longo do tempo, mas, no período mais recente, de crise econômica, houve pouca alteração", afirmam as entidades. A taxa de participação feminina, de 44,7% em 1985, atingiu 55,3% em 2016 e recuou ligeiramente, para 55,1%, no ano passado. De 2016 para 2017, caiu (2,1%) a participação de assalariadas com carteira no setor privado e cresceu (3,6%) a presença de assalariadas sem carteira, além de autônomas (3,9%).

No mesmo período, também houve redução na ocupação das mulheres na indústria (-4,8%), na construção civil (-26,5%), no comércio (-1,7%) e nos serviços (-0,4%).

(Rede Brasil Atual - RBA)

Dia Internacional da Mulher se confunde com luta sindical feminina pela igualdade de direitos



O dia 8 de março é o resultado de uma série de fatos, lutas e reivindicações das mulheres (principalmente nos EUA e Europa) por melhores condições de trabalho e direitos sociais e políticos, que tiveram início na segunda metade do século XIX e se estenderam até as primeiras décadas do XX.

No dia 8 de março de 1857, trabalhadoras de uma indústria têxtil de Nova Iorque fizeram greve por melhores condições de trabalho e igualdades de direitos trabalhistas para as mulheres. O movimento foi reprimido com violência pela polícia. Em 8 de março de 1908, trabalhadoras do comércio de agulhas de Nova Iorque, fizeram uma manifestação para lembrar o movimento de 1857 e exigir o voto feminino e fim do trabalho infantil. Este movimento também foi reprimido pela polícia.

No dia 25 de março de 1911, cerca de 145 trabalhadores (maioria mulheres) morreram queimados num incêndio numa fábrica de tecidos em Nova Iorque. As mortes ocorreram em função das precárias condições de segurança no local. Como reação, o fato trágico provocou várias mudanças nas leis trabalhistas e de segurança de trabalho, gerando melhores condições para os trabalhadores norte-americanos.

No dia 25 de março de 1911, cerca de 145 trabalhadores (maioria mulheres) morreram queimados num incêndio numa fábrica de tecidos em Nova Iorque. As mortes ocorreram em função das precárias condições de segurança no local. Como reação, o fato trágico provocou várias mudanças nas leis trabalhistas e de segurança de trabalho, gerando melhores condições para os trabalhadores norte-americanos.

Porém, somente no ano de 1910, durante uma conferência na Dinamarca, ficou decidido que o 8 de março passaria a ser o "Dia Internacional da Mulher", em homenagem ao movimento pelos direitos das mulheres e como forma de obter apoio internacional para luta em favor do direito de voto para as mulheres (sufrágio universal). Mas somente no ano de 1975, durante o Ano Internacional da Mulher, que a ONU (Organização das Nações Unidas) passou a celebrar o Dia Internacional da Mulher em 8 de março.

Objetivo da Data

Ao ser criada esta data, não se pretendia apenas comemorar. Na maioria dos países, realizam-se conferências, debates e reuniões cujo objetivo é discutir o papel da mulher na sociedade atual. O esforço é para tentar diminuir e, quem sabe um dia terminar, com o preconceito e a desvalorização da mulher. Mesmo com todos os avanços, elas ainda sofrem, em muitos locais, com salários baixos, violência masculina, jornada excessiva de trabalho e desvantagens na carreira profissional. Muito foi conquistado, mas muito ainda há para ser modificado nesta história.

Conquistas das Mulheres Brasileiras

Podemos dizer que o dia 24 de fevereiro de 1932 foi um marco na história da mulher brasileira. Nesta data foi instituído o voto feminino. As mulheres conquistavam, depois de muitos anos de reivindicações e discussões, o direito de votar e serem eleitas para cargos no executivo e legislativo.

Marcos das Conquistas das Mulheres na História

- 1788 - o político e filósofo francês Condorcet reivindica direitos de participação política, emprego e educação para as mulheres.

- 1840 - Lucretia Mott luta pela igualdade de direitos para mulheres e negros dos Estados Unidos.

- 1859 - surge na Rússia, na cidade de São Petersburgo, um movimento de luta pelos direitos das mulheres.

- 1862 - durante as eleições municipais, as mulheres podem votar pela primeira vez na Suécia.

- 1865 - na Alemanha, Louise Otto, cria a Associação Geral das Mulheres Alemãs.

- 1866 - No Reino Unido, o economista John S. Mill escreve exigindo o direito de voto para as mulheres inglesas.

- 1869 - é criada nos Estados Unidos a Associação Nacional para o Sufrágio das Mulheres.

- 1870 - Na França, as mulheres passam a ter acesso aos cursos de Medicina.

- 1874 - criada no Japão a primeira escola normal para moças.

- 1878 - criada na Rússia uma Universidade Feminina.

- 1893 - a Nova Zelândia torna-se o primeiro país do mundo a conceder direito de voto às mulheres (sufrágio feminino). A conquista foi o resultado da luta de Kate Sheppard, líder do movimento pelo direito de voto das mulheres na Nova Zelândia.

- 1901 - o deputado francês René Viviani defende o direito de voto das mulheres.

- 1951 - a OIT (Organização Internacional do Trabalho) estabelece princípios gerais, visando a igualdade de remuneração (salários) entre homens e mulheres (para exercício de mesma função).

Você sabia?

- No Brasil, comemoramos em 30 de abril o Dia Nacional da Mulher.
- Hattie McDaniel foi a primeira atriz negra a ganhar uma estatueta do Oscar. O prêmio, recebido em 1940, foi pelo reconhecimento de sua ótima atuação como atriz coadjuvante no filme "E o vento levou ...".

(Secom/CSPB com informações do site Sua Pesquisa)